



Anais da Assembléia

Nº 031

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE ABRIL DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Túlio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmar Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 07.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 1996

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quatorze horas e quarenta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Os Deputados que não comparecerem à Sessão Extraordinária, serão descontados nos seus vencimentos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 763

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação do Veto Proposição n° 021/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab.

Sala das Sessões, em 01.04.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 765

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 01.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 764

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a retirada de votação dos Vetos Itens n°s 04 e 05 da presente Ordem do Dia, por 10 Sessões.

Sala das Sessões, em 01.04.96.

(a) JOEL COIMBRA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes, nem para o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões, dos itens n°s 04 e 05 da Proposição n° 024/95, Veto apostado ao Projeto de Lei n° 136/95; Proposição n° 025/95, Veto apostado ao Projeto de Lei n° 135/95, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação do Veto da Proposição n° 021/95. **Aprovado.**

De conformidade com o Requerimento de preferência de votação acima aprovado:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 021/95, Veto apostado ao Projeto de Lei n° 130/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que objetiva criar na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, o Departamento de Defesa, Investigação e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRE-

CIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CIL/SEEG n° 146/95

Curitiba, 19.07.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 084/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 130/95, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, afronta o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 130/95, encontra-se publicado no D.A. n° 78/95, de 26.06.95, Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO N° 21/95

P A R E C E R:

A proposição objeto do presente parecer, foi encaminhado pelo Ofício n° 146/95, através do qual o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado vetou o Projeto de Lei n° 130/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que objetiva criar a estrutura da Secretaria de Segurança Pública, o Departamento de Defesa, Investigação e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Paraná.

A negativa governamental, foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, a presente proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.07.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Vai se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados para votação do veto.

O SR. RICARDO CHAB (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que me traz à tribuna hoje é tentar derrubarmos um veto que cria uma delegacia especializada para procurar as crianças desaparecidas do Estado do Paraná.

Pedir para o Líder do Governo para que liberasse a Bancada, estou conversando com

cada Deputado e convidei para que se fizessem presente nesta sessão hoje, os pais das crianças desaparecidas do Estado do Paraná que estão preocupados, sim, daí o motivo da sua presença no Plenário hoje. Quando um caso não é investigado ele cai para sempre no esquecimento, e eu, particularmente, acompanho - devido minha profissão, o sofrimento desses pais quase que diariamente. Tivemos aqui, na Assembléia Legislativa, e pedimos um projeto autorizatório para que o Executivo autorizasse criar uma delegacia especializada.

Tivemos em troca um serviço especializado que, na verdade, é uma sala com poucos recursos, com uma viatura emprestada e não atinge o ponto que queremos atingir, que é o encontro das nossas crianças. E hoje, a nível nacional estamos vendo o papel da mídia, o papel das emissoras de tevê - sempre ao lado dos pais, ao lado do movimento, ao lado da Dona Arlete que preside o movimento nacional de crianças desaparecidas.

E na última 4ª feira me causou espanto e espécie quando eu, sabendo que o nosso projeto havia sido vetado pelo Poder Executivo, me causou espanto e espécie quando na 4ª feira à noite eu assistia a Rede Cultura de Televisão, o Programa Opinião Nacional, o nosso Secretário, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, numa entrevista dado ao "Opinião Nacional" - tenho, inclusive, a cópia do programa e passo às mãos de qualquer dos colegas Deputados que quiserem assistir, e pedi a cópia que me chegou às mãos - no sábado, e que por falta de recursos, não vou mostrar o vídeo aos senhores, mas faço questão de mostrar o áudio, para que os Senhores Deputados façam a análise que lhes convier, para que vocês auxiliem os pais das crianças desaparecidas. Para que cada Deputado possa, na verdade, ajudar a criar a primeira delegacia de crianças desaparecidas no Estado do Paraná.

(Áudio)

Está ruim o áudio. Vou pedir para rodar lá em cima, até porque o Secretário diz que o Estado do Paraná é o primeiro Estado do País a ter uma delegacia especializada em crianças desaparecidas. Ora, no Programa Opinião Nacional, e estamos hoje aqui diante de um veto, por isso convidei para que os pais aqui viessem. Então, esperem um pouquinho. Qual é o jogo que se quer fazer com o sofrimento dos pais? Solicitem ao Líder do Governo, Algaci Túlio, para que liberasse a Bancada, porque o Deputado Algaci Túlio, a exemplo do Ricardo Chab, do Carlos Simões, do Alborghetti, conhecemos bem o sofrimento desses, porque pela nossa profissão, quase que diariamente, temos contato com eles.

Gostaria de reproduzir, se desse, se a técnica aí em cima conseguisse reproduzir a entrevista do Secretário, para que pudessem ouvir, de viva voz, o Secretário elogiando a si mesmo, dizendo que o Paraná avançou ao ter a delegacia especializada de crianças desaparecidas.

Então nesta tarde, estou pedindo a cada um dos senhores que por favor, derrubemos o veto. Vamos ter sim, a nossa delegacia especializada de crianças desaparecidas. Aí sim, poderemos bater no peito, porque todos nós somos pais e quem não é pai, tem sobrinho, tem alguém ligado à família e sabe da dor de perder um filho. Que o digam os pais que estão na tribuna hoje e que convidei para que pudessem acompanhar o trabalho do Parlamento nesta tarde. Estamos indo para o veto e gostaria de contar com cada um de vocês para que o Paraná, realmente saia na frente.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ouvi a posição do Deputado Ricardo Chab, muito embora o projeto não seja de iniciativa desta Casa, seja uma iniciativa do Poder Executivo, mas entendendo que é um assunto por demais delicado, um assunto que mexe com a emoção, com o coração, com a sensibilidade de cada um de nós e vemos aqui nesta tribuna, à minha direita, Senhor Presidente, a presença de pais que já há alguns anos vivem uma expectativa de saber onde está o seu filho, onde está a sua filha, se estão vivos ou mortos e nas mãos de quem estão essas crianças, é evidente que mesmo nós, mesmo contrariando a orientação pelas informações passadas pelo Secretário de Segurança Pública e que foram encaminhadas ao Secretário do Governo, mostrando que o projeto é inconstitucional, entendo que esta Casa neste momento, não pode falhar ao clamor desses pais e dessas famílias que aqui vieram.

Acho que a constitucionalidade ou não do projeto é superada pela importância e pela necessidade de se tomar uma providência de localizar essas crianças. Temos visto um trabalho belíssimo que faz a Rede Globo e agora também a Bandeirantes começa a pensar nesse sentido, de mostrar no intervalo ou dentro da própria novela, as mães que aparecem mostrando as fotografias dos seus filhos, clamando perante a sociedade brasileira para que ajudem a minorar o sofrimento dessas pessoas.

Quero dizer que estamos neste momento liberando a Bancada que forma a aliança do Governo e mesmo contrariando a orientação do Poder Executivo, tomamos esta responsabilidade em nossas costas, de derrubar este veto assinado pelo Governador Jaime Lerner, no sentido de que nesse período

seguinte possamos convencer o Secretário de Segurança Pública, para que realmente crie e que seja o Estado do Paraná o primeiro a ter uma delegacia. Claro que não atende o objetivo daquilo que quer o Deputado Ricardo Chab o que querem os pais que estão aqui. Por isso, nesse momento que temos, não podemos dizer que é uma alegria, uma satisfação; tomara não precisássemos receber aqui os pais dessas crianças, porque não teriam seus filhos desaparecido, mas aqui estão e como uma homenagem a eles e na esperança, na expectativa de que a gente possa, com este projeto, encontrar uma solução para que essas crianças possam retornar aos seus lares, possamos nós, evidentemente, dar o primeiro passo na votação, contrariando, repito mais uma vez, o interesse do Secretário da Segurança Pública que tenho certeza não fez por falta de vontade; fez porque é o que lhe pede a lei. A lei diz que o projeto só pode ser de autoria do Poder Executivo, mas vamos passar por cima disto. Esta Casa já demonstrou isto em outras ocasiões, em outros projetos, em outros Vetos, e no entendimento com esta liderança temos votado desta maneira.

Por isso, quero neste momento, portanto, liberar os Senhores Deputados, que eu acho que se tornaria desnecessário dizer que estou liberando, porque tenho certeza que no coração de cada um, do Belinati, do Reny, do Tureck, do Marquinho, do Techy, do Elio Rusch, do nosso amigo Accorsi, do Nelson Justus, do Trevisan, do Beto Richa, do Jocelito, do Caíto, do Pessutti, de todos nós, ninguém quer sofrer o que sofrem esses familiares que estão aqui.

E quero apenas falar da D. Arlete Caramês Tiburcius que tem sido a exemplo de todos os demais pais que estão aqui neste momento, tem sido uma batalhadora, tem corrido este Brasil afora, tem procurado sensibilizar a opinião pública no sentido de que se encontre, se dê um paradeiro a este sumiço de crianças que o Brasil não suporta mais, as famílias não têm como suportar esta dor, esta ausência deste filho.

Portanto, em homenagem a todos os pais que estão aqui, em homenagem a essas crianças desaparecidas e ao Deputado Ricardo Chab que tem sido incansável nesta luta, a peço a todos os senhores parlamentares que votem pela derrubada do Veto.

O SR. TOTÍ COLAÇO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria neste instante fazer o seguinte comentário: aqui no Parlamento já tivemos a oportunidade de votar a favor de inúmeras matérias, já tivemos a oportunidade de contestar, de apresentar o contraditório, de participar de debates, em muitos momentos

contrariando os interesses da bancada do governo, mas tivemos a oportunidade também de votar favoravelmente a muitas outras matérias e a bancada do PMDB, neste instante, mais uma vez, se coloca a favor desse projeto de lei. Já votou vez passada e quer neste instante cumprimentar o Deputado Ricardo Chab pela apresentação deste projeto, pela sua defesa, pelo combate que vem travando já há muito tempo através da imprensa aqui no Paraná em defesa das famílias que têm os seus filhos desaparecidos há muito tempo e o momento que o Paraná vive, que o país vive no que diz respeito ao desaparecimento de dezenas de crianças e hoje a TV Globo, trazendo à tona através da novela Explode Coração, o momento também neste instante aqui é de cumprimentar o Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo, derrubando-o.

Por isso neste instante, a Bancada do PMDB, além de votar pela derrubada do Veto, cumprimenta o Deputado Ricardo Chab e também cumprimenta a liderança do Governo por ter liberado e pedido no final para que todos votem contrariamente ao Veto do Governador Jaime Lerner neste instante. Parabéns ao Deputado Algaci Túlio e muito especialmente ao Deputado Ricardo Chab que tem sido ao longo do tempo uma bandeira de esperança das famílias que têm os seus filhos desaparecidos, lamentavelmente.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, só gostaria como o Parlamento é o que entende, mais democrático, gostaria de convidar a D. Arlete Caramês Tiburcius, que representa o movimento de crianças desaparecidas do País, para que fizesse uso da tribuna, para que pudesse explicar para cada um dos deputados como é a luta de uma mãe que tem um filho desaparecido, como é a luta de uma família que tem um ente querido desaparecido e não sabe, Deputado Toti Colaço, se está vivo, se está morto, com quem está, para onde foi, quando voltará e se voltará, então gostaria da licença do Presidente, para que o Presidente nos deixasse pelo menos alguns minutos para que pudéssemos ouvir a Dona Arlete.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência solicita ainda alguns instantes que a nossa convidada falará após os deputados que estão aqui inscritos.

O SR. IRINEU COLOMEO (Para Encaminhar) -

Apenas para manifestar o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores ao presente projeto do Deputado Ricardo Chab e manifestar o apoio do PT a essa luta incansável das mães e pais de crianças desaparecidas, especialmente este Deputado que tem participado das lutas com relação ao

trabalho infantil e com relação à prostituição das crianças. Então, nossa manifestação contra o veto do Governador é favoravelmente ao projeto do Deputado Ricardo Chab.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, também queremos manifestar o nosso apoio ao projeto do Deputado Ricardo Chab, cumprimentar as mães que estão aqui e a gente sabe o sentimento que se passa no coração de uma mãe que perde um filho e tenho trabalhado bastante nisso principalmente no meu programa de rádio lá em Ponta Grossa também temos casos de desaparecimentos e a gente sabe do sofrimento de uma mãe. A mãe que, quando o filho sai de casa e demora para chegar quando participa às vezes de alguma coisa no fim de semana, o coração já sente um grande aperto, imagina uma mãe que perde o seu filho por muitos e muitos anos e fica naquela luta diária de tentar encontrá-lo. E é para isso que apresentamos nesta Casa um projeto, na semana que passou, que obriga a Comunicação Social do Governo do Estado a divulgar na primeira página dos grandes jornais do Paraná a foto dos meninos desaparecidos, a cada dia um, fazendo com que a cada instante, a cada dia, se tenha o retrato das crianças em todos os jornais do Paraná, porque o Governo está gastando uma fortuna em propaganda e não custa gastar um pouco para ajudar a encontrar os nossos filhos, para ajudar a tirar a dor do coração das mães.

Deputado Ricardo Chab, tem o nosso apoio e de todo o PSDB, em nome do nosso líder Cezar Silvestri e em nosso nome, também.

A SRA. IRONDI PUGLIESI (Para Encaminhar) -

Gostaria de parabenizar o Deputado Ricardo Chab por ter apresentado este projeto porque sabemos que a mulher, na família, representa o elo de ligação e o ser mais importante e como mãe é que ela faz isso, e uma mulher que tem o seu filho lhe tirado dos braços, tem um sofrimento muito maior que qualquer membro da família. E gostaríamos de dizer ao Ricardo Chab que estamos com ele para derrubar este veto porque sabemos quantas famílias no Brasil estão vivendo em sofrimento por terem os seus filhos sido raptados. Sabemos que o que a TV está fazendo neste momento, com esta novela, é de extrema importância, e como disse o Deputado Jocelito, todos os jornais do Brasil deveriam estampar permanentemente nos seus jornais, fotos de crianças desaparecidas para que pudessem ser reconhecidas e encontradas por sua fa-

mília.

Portanto é um Projeto muito importante num país de terceiro mundo como o nosso, onde seres sem caráter fazem isso com crianças e precisamos proteger a família, proteger a criança, porque isso é um dos atos de maior violência que se pode praticar contra o ser humano, que é contra a criança.

Portanto, Chab, você conte conosco e acho que o Governador Jaime Lerner se sensibilizará e dará continuidade ao seu projeto, colocando na prática o seu pedido, que irá beneficiar a família do Paraná, e falo isso em nome do PTB que vai votar coeso e solidário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua livre a palavra para encaminhamento de votação.

Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, acho que aqui já foi dito tudo, pelas palavras da última oradora, Deputada Iron-di Pugliesi.

Também quero manifestar o meu apoio ao projeto do Deputado Ricardo Chab.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa antes de conceder a palavra à Senhora Arlete, quer dar também a sua opinião.

Entendemos que o projeto é constitucional, porque é autorizatório e dá ao Poder Executivo o prazo de 90 dias para regulamentá-lo. Nessas condições, também votará pelo projeto e com Ricardo Chab.

Concedo a palavra a Dona Arlete Caramês.

A SRA. ARLETE CARAMÊS - Sou mãe de Guilherme. Estou aqui pedindo a vocês novamente, - não é a primeira vez que estou pedindo - que se crie um setor, uma delegacia especializada na busca de nossas crianças. Não estou aqui pedindo pelo meu filho, estou pedindo por todos os filhos que estão desaparecidos.

E hoje bateu na minha casa, hoje bateu na casa dos pais do Ewerton, do Edson Rodrigo, do José Carlos, do Niltinho, do Leandro Bossi, hoje bateu na casa deles, mas não se iludam, pode bater na casa de vocês, tenham certeza; porque eu tinha certeza que quando olhei para o meu filho, quando ele já tinha 7, 8 anos eu nunca imaginei que isso ia acontecer e de repente bateu e eu não sabia o que fazer.

E realmente, é muito difícil você chegar numa autoridade, a autoridade não ter um carro para te levar na busca do teu filho, não ter condições de procurar teu filho, entende? Você ter que batalhar e não ter o apoio, não ter o respaldo do Governo.

Cria-se um setor. Vocês todos estão convidados a visitar o setor. Esses dias, estive uma pessoa lá, ela ganhou folhetos que eles fizeram, e ela levou uma porção de folhetos para distribuir, orientando os pais sobre o desaparecimento de crianças, mas eles não tinham envelope para pôr esses cartazes dentro. Eles não têm nada, praticamente é muito precário tudo.

Gostaríamos muito que se criasse uma delegacia, mas com condições, com carro, com tudo que uma delegacia tem direito, entende? E que se criasse SICRIDES, queríamos SICRIDES também, descentralizado nas outras cidades do interior do Paraná, que auxiliassem essa delegacia; temos pais aqui hoje, eles não têm dinheiro para vir até aqui pedir isso. Tivemos que recorrer a pessoas que nos auxiliaram para que eles chegassem até aqui.

Então, se tiver um SICRIDES no interior, em Maringá, em Londrina, Foz do Iguaçu, seja onde for, seria um serviço de apoio à delegacia, é isso que queremos, é isso que estamos pedindo sempre, porque é difícil.

Vocês não têm a menor idéia do que é perder um filho. Você pode sentir perder um filho por uns instantes, como falou uma pessoa a pouco, quando o filho chega tarde, e você já se preocupa. A dificuldade de você saber que teu filho sumiu e você não ter a menor idéia do que lhe aconteceu, é uma coisa tão brutal, que eu que passo por isso não saberia expressar a vocês.

Por isso peço a vocês que na hora que vocês votarem realmente ponham a mão na consciência. O que estou pedindo é por um problema muito sério. Tirar um pedaço de nós, mesmo se criando essa delegacia, eu não sei se vou ter o meu filho de volta, mas uma coisa vocês tenham certeza: outras crianças que desaparecerem, estaremos mais aparelhados para procurar.

É o que tem acontecido com o SICRIDES com o pouco que ele possui ele tem conseguido chegar a um final feliz.

Se tivermos uma delegacia organizada, montada com carro, com tudo que for possível, teremos mais apoio, teremos mais força para chegar até onde eles estão. Da forma como está não é possível continuar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal para votação do Veto.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão "SIM".

Os contrários à manutenção do Veto, deverão se manifestar utilizando para vo-

tação as cédulas que contém a expressão "NÃO".

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) (Procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 51 Senhores Deputados.

Designo a Comissão constituída pela Deputada Irondi Pugliesi, Ricardo Chab, Algaci Túlio e Caíto Quintana para comporem a Comissão Escrutinadora.

Cinquenta e um Senhores Deputados votaram "NÃO"; Zero "SIM"; Branco zero.

Veto rejeitado por unanimidade.

O SR. RICARDO CHAB - Senhor Presidente.

Queria agradecer em nome dos pais e das mães das crianças desaparecidas no Estado do Paraná, acho que nos próximos 90 dias a realidade com relação as crianças desaparecidas no Estado mudará vamos ter agora nos próximos 90 dias uma delegacia especializada para investigar o desaparecimento das crianças no Estado do Paraná. E se Deus quiser o SICRIDES montado pode ser levado para Londrina, pode ser levado para Maringá, numa forma de descentralizar a delegacia especializada para investigar o desaparecimento de crianças.

O meu muito obrigado em nome dos pais, agradeço de coração.

E nos próximos 90 dias a nossa realidade muda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passaremos o restante da matéria conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 022/95, Veto Aposto do Projeto de Lei nº 078/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que objetiva obrigar as empresas produtoras de bebidas alcoólicas do Estado do Paraná a inserir nas embalagens e materiais de promoção e divulgação de seus produtos, mensagens de alerta ao consumidor sobre os riscos provocados por estas à saúde. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CIL/SEEG nº 149/95

Curitiba, em 19.07.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 082/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 078/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante

expostas.

Objetiva o autógrafo obrigar as empresas paranaenses produtoras de bebidas alcoólicas, a inserirem nas embalagens e materiais de promoção e divulgação de seus produtos, mensagens de alerta ao consumidor sobre os riscos provocados por estas à saúde.

O plano de lei em exame não pôde merecer acolhimento tendo em vista parecer expedido pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, caracterizando a medida como contrária aos superiores interesses do Estado, pelo simples fato de que, ao exigir a questionada observação tão-somente em relação às empresas produtoras de bebidas alcoólicas no Estado do Paraná, implica na criação de privilégios às empresas não paranaenses, inclusive às de fora do País, porque estas teriam seus produtos comercializados livremente e sem sujeição à norma legal pretendida. Trata-se, portanto, de assunto que melhor poderia ser disciplinado por ato do Governo Federal, a exemplo dos critérios hoje adotados para alertamento dos efeitos nocivos do fumo à saúde.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 78/95 encontra-se publicado no D.A. nº 78/95, de 26/06/95, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 078/95

P A R E C E R:

Os Ofícios 304/95 de 04/09/95 e 349/95 de 17/10/95, do Senhor Presidente desta Casa, atestam que o veto foi apresentado exatamente dentro do prazo legal, por este motivo, entendemos que o referido veto está em condições de ter seu curso normal e em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Este é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.95.

(aa) JOEL COIMERA - Presidente

ANTONIO ANNIBELLI - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 023/95, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 176/95, de autoria do Deputado Beto Richa, que objetiva ceder, em doação, a motoniveladora marca Caterpillar, modelo 1208, série 32C1600, ano de fabricação 1986, de propriedade do Departamento de Estradas e Rodagem - DER, a Prefeitura do Município de

Arapoti. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CIL/SEEG N° 142/95.

Curitiba, em 19.07.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 080/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 176/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a ceder, em doação, ao Município de Arapoti, a motoniveladora marca Caterpillar, modelo 1208, série 32C1600, ano de fabricação 1986, de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre de pronunciamentos do DER e da Secretaria de Estado dos Transportes, opinando contrariamente à medida, porque o referido bem, embora atualmente cedido em comodato ao Município de Arapoti, não deverá ser doado, por não estar julgado desnecessário ou inservível ao órgão rodoviário estadual, eis que, se mantido na patrulha mecanizada, terá utilização em obras de conservação ou construção de estradas do Paraná.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 176/95, encontra-se publicado no D.A. n° 54/95, de 22.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 23/95

P A R E C E R:

A proposição objeto do presente foi encaminhada pelo Ofício n° 142/95, através do qual o Excelentíssimo Governador do Estado vetou o Projeto de Lei n° 176/95, de autoria do Deputado Peto Richa.

Em seu veto, o Excelentíssimo Governador alegou ser o projeto de lei contrário ao interesse público.

Dita a Constituição Estadual, em relação ao prazo do veto:

"Art. 71 - Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1° - Se o Governador julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional

Curitiba, segunda, em 01.04.96

ou contrário ao interesse público, vetá-lo total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto."

O projeto de lei foi, após aprovado por esta Casa Legislativa, enviado ao Governador do Estado em 29 de junho do corrente ano. Em 19 de julho, ou seja, após 15 dias úteis do recebimento, o projeto foi vetado, dentro do prazo constitucional, pelo Excelentíssimo Governador do Estado.

Porém, apesar do Ofício que vetou o projeto estar com a data correta, ou seja, dentro do prazo, o Excelentíssimo Governador não observou, no art. 71 da Constituição, a parte final do § 1° (grifado), que determina que o Governador comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do Veto.

O Ofício n° 142/95, do Governador do Estado, foi protocolado nesta Casa de Leis em 26 de julho, ou seja, 7 dias após o prazo para o veto e, portanto, muito além das 48 horas determinadas pela Constituição do Estado.

Opinamos para que esta Casa de Leis rejeite o Veto, por este ter sido apresentado fora do prazo constitucionalmente previsto.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 15.08.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDGAR BUENO - Relator

O Senhor 1° Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Votaram 51 Senhores Deputados. Uma Comissão constituída pelos Deputados Marquinhos Alves, Tavares, Algaci e Caíto Quintana, para constituírem a Comissão Escrutinadora.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria, neste momento, de registrar a presença na tribuna de honra da Assembléia Legislativa, da Vereadora Almerinda Serafim Borges, Presidente da Câmara Municipal, acompanhada dos Vereadores Luís Tavares Rosa e Luís Viana Pereira. Os três da Câmara Municipal de Vereadores de Engenheiro Beltrão, e também Senhor Presidente, aproveitando esta questão de ordem e esta sessão extraordinária, dizer que demos entrada a um requerimento, de voto de pesar, pelo falecimento de Fabiana Pasquareli.

A Fabiana é aquela jovem, que no domingo anterior, retornava da sua cidade,

também Engenheiro Beltrão, junto com o nosso assessor, César Viana, filho do Vereador Luís Viana Pereira e que no semáforo da Arthur Bernardes com a Martin Afonso, foi ela atingida por uma bala disparada de outro veículo que, segundo avaliações do nosso assessor, seria um veículo Omega. Esteve internada durante toda a semana no Hospital Evangélico, mas na manhã de hoje, por volta das 5:30 horas, não resistindo à gravidade do ferimento - já que a bala atingiu a sua cabeça - Fabiana Pasquarelli veio a falecer e estamos propondo esse voto de pesar pela sua morte e endereçando ao seu pai, Daniel e à sua mãe, Dona Maria e a toda a população de Engenheiro Beltrão, que se encontra muitíssimo consternada por esse lamentável acontecimento que, infelizmente, apesar de todo o esforço do Doutor Jordão, do Doutor Toleb, do Doutor Cândido, até o presente momento não conseguimos chegar aos autores desse lamentável crime ocorrido na semana passada, com a morte da Fabiana no dia de hoje. Era esse o registro que queríamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra, com satisfação, a presença dos Vereadores de Beltrão e, com pesar, o falecimento da jovem que Vossa Excelência acaba de anunciar.

Votaram 51 Senhores Deputados.

Pela manutenção do Veto: 34.

Pela rejeição do Veto: 15.

Dois votos em branco.

Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 024/95, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 136/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza instalar uma unidade de Delegacia de Acidentes de Trânsito em Maringá. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CIL/SEEG nº 145/95

Curitiba, 19.07.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 053/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 136/95, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, afronta o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 136/95, encontra-se publicado no D.A. nº 40/95, de 26.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 024/95

P A R E C E R:

A presente Proposição de Veto nº 024/95, tem por objetivo vetar o Projeto de Lei nº 136/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia de Acidente de Trânsito na Cidade de Maringá.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo constitucional.

Dessa forma, a presente proposição está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 025/95, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 135/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza instalar uma unidade de Delegacia Anti-Tóxico na Cidade de Maringá. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CIL/SEEG nº 144/95

Curitiba, 19.07.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 056/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 135/95, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, afronta o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 135/95, encontra-se publicado no D.A. n° 40/95, de 26.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO N° 025/95

P A R E C E R:

A presente Proposição de Veto n° 025/95, tem por objetivo vetar o Projeto de Lei n° 135/95, de autoria do nobre Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia Anti-Tóxico na Cidade de Maringá.

O Veto foi apostado dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, a presente proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.95. -

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Curitiba, segunda, em 01.04.96

As referidas Discussões Únicas foram retiradas por 10 (dez) Sessões, conforme Requerimento aprovado no expediente lido, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra.

Fica, portanto, adiada a discussão das Proposições n°s 24 e 25/95, Veto apostado aos Projetos de Lei n°s 136 e 135/95.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para dia 02, logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 031, 032 e 040/95.

Levanta-se a sessão.